



PARECER PRÉVIO Nº 40/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11377/2017.

Aposos: Processo nº 12317/2016 e 10688/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

4- Exercício: 2016

5- Responsável: Iracema Maia da Silva (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM N. 4177, Patricia Gomes de Abreu - OAB/AM N. 4447, Fabricia Teliele Cardoso dos Santos - OAB/AM N. 8446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM N. 8243, Eurismar Matos da Silva - OAB/AM N. 9221 e Enia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM N. 10416

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP E DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3165/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant - exercício 2016, sob a responsabilidade da **Sra. Iracema Maia da Silva** - Prefeita do Município de Benjamin Constant -, com fulcro no art. 1º, I da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, I da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 40/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 40/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 40/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11377/2017.

Aposos: Processo nº 12317/2016 e 10688/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

4- Exercício: 2016

5- Responsável: Iracema Maia da Silva (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICREA, DICOP E DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3165/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2016.

Determinação. Irregularidade. Multa.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Determinar** à Câmara Municipal de Benjamin Constant, o cumprimento do art.127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o **prazo de 60 (sessenta) dias** para o julgamento das contas da **Sra. Iracema Maia da Silva** - Prefeita do Município de Benjamin Constant no exercício de 2016.
- 9.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant - exercício 2016, sob a responsabilidade da **Sra. Iracema Maia da Silva** - Prefeita do Município de Benjamin Constant -, com fulcro no art. 1º, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da manutenção de impropriedades referentes a atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar.
- 9.3. Aplicar Multa à Sra. Iracema Maia da Silva** - Prefeita do Município de Benjamin Constant, exercício 2016 - no valor de **R\$ 8.768,24** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), com fulcro no art. 308, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, distribuídos da



ACÓRDÃO Nº 40/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 40/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

seguinte maneira:

a) R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) em razão do envio com atraso dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, novembro e dezembro (subitem 3.6 do presente Relatório/Voto, referente ao item 02 dos questionamentos da DICAMI contidos no Relatório Conclusivo n.º 30/2018 - DICAMI), sendo aplicado o valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por mês de atraso no envio dos balancetes mensais;

b) R\$ 2.192, 06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) em razão do envio com atraso dos RREO's referentes aos 1º e 6º bimestre de 2016 (subitem 3.2 do presente Relatório/Voto, referente ao item 02 dos questionamentos da DICREA contidos no Relatório Conclusivo n.º 30/2018 - DICAMI), sendo aplicado o valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por bimestre de atraso no envio dos RREO's.

O referido valor deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 9.4. Aplicar Multa à Sra. Iracema Maia da Silva** - Prefeita do Município de Benjamin Constant, exercício 2016 - no valor de **R\$10.960,31** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos), com fulcro no 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da manutenção das impropriedades contidas nos subitens 2.1(i, iii e iv), 2.2 (ii e iii), 3.1, 3.7 e 3.8 do Relatório/Voto, referentes aos Itens I - subitens 1.1, 1.3 e 1.4 -, II - subitens 2.2 e 2.3 do Relatório Conclusivo n.º 88/2018 - DICOP, Item 01 dos questionamentos da DICREA e Itens 03 e 07 dos questionamentos da DICAMI contidos no Relatório Conclusivo n.º 30/2018 - DICAMI;

O referido valor deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº 40/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 40/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
11- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018
12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
13- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição